

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.523 - PB (2019/0198946-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : BANCO DO BRASIL SA  
**ADVOGADO** : RAFAEL SGANZERLA DURAND - PB211648A  
**AGRAVADO** : JACY CRUZ DE LIRA  
**ADVOGADOS** : ANDRE CASTELO BRANCO PEREIRA DA SILVA - PB018788  
MARCUS ZANON VENTURA QUEIROGA - PB019384

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra decisão que inadmitiu o recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

A denegação, na origem, se deu sob os seguintes fundamentos (i) incidência das Súmulas nº 83/STJ e nºs 282, 284 e 356/STF; (ii) o recurso carece de interesse processual no que diz respeito à violação dos arts. 95, 97 e 98 da Lei nº 8.078/1990 e 524, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015; (iii) o dissídio jurisprudencial não restou demonstrado; (iv) aplicação da tese repetitiva firmada no julgamento do REsp 1.391.198/RS.

É o relatório.

**DECIDO.**

O recurso não merece prosperar.

Preliminarmente, importante consignar que a decisão impugnada pelo recurso especial foi publicada na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

Considerando que a decisão agravada se baseou em entendimento exarado no regime de julgamento de recursos repetitivos, incabível o agravo em recurso especial, a teor do que dispõe a parte final do art. 1.042 do Código de Processo Civil de 2015.

Conforme disciplina o § 2º do artigo 1.030 do Código de Processo Civil de 2015, "*Da decisão proferida com fundamento nos incisos I e III caberá agravo interno, nos termos do art. 1.021*".

Quanto ao mais, constata-se que as razões do agravo deixaram de impugnar (i) a incidência das Súmulas nº 83/STJ e nºs 282, 284 e 356/STF; (ii) o fato de que o recurso carece de interesse processual no que diz respeito à violação dos arts. 95, 97 e 98 da Lei nº 8.078/1990 e 524, § 2º, do Código de Processo Civil de 2015 e (iii) a ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial, atraindo, portanto, a aplicação do disposto no art. 932, inciso III, do Código de Processo Civil de 2015, que impõe ao relator não conhecer do recurso "*que não tenha*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida".*

Importante frisar que, no recente julgamento do EAREsp 746.775/PR, julgado em 19/9/2018, DJe 30/11/2018, a Corte Especial deste Tribunal reafirmou o entendimento no qual **é necessária a impugnação específica de todos os fundamentos da decisão agravada**, sob pena de incidência da súmula 182/STJ.

Ante o exposto, não conheço do recurso.

Deixa-se de tratar dos honorários recursais (art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015), visto que o recurso especial é oriundo de agravo de instrumento, sem fixação de honorários sucumbenciais.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 13 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator